

# O ENFERMEIRO E A LEI DA EQUIVALÊNCIA DAS JANELAS

THE MALE NURSE AND THE LAW OF WINDOWS EQUIVALENCE

Ruth Silviano Brandão\*  
*Universidade Federal de Minas Gerais*

## RESUMO

O conto “O enfermeiro”, de Machado de Assis, encena as dificuldades de cuidar de um doente irascível e de julgar se houve ou não crime em sua morte provocada por quem era responsável por sua saúde.

## PALAVRAS-CHAVE

Doença, crime, justiça, dúvidas

O comentário da lei é a eterna malícia.  
Machado de Assis<sup>1</sup>

Oblíqua e dissimulada, assim José Dias descreve Capitu, assim repete Bentinho, assim escreve Bento Santiago, o Dom Casmurro, em seu texto de primeira pessoa; oblíqua e dissimulada, assim é a retórica machadiana, em seu modo de mostrar que o rei está nu, numa sociedade que tem a lábia do pai de Janjão do conto “A teoria do medalhão”. Nada de grandes verdades, ditas abertamente, disse ele, com outras palavras, em seu ensinamento a seu filho aprendiz de retórico, pois as linhas tortas ou tortuosas, as pequenas elipses, as palavras insignificantes, soltas, se dizem como se não tivessem nenhuma importância, num discurso em que nada se alinha rigorosamente, mas apresenta lapsos a que ninguém dá muita atenção.

Quem daria importância ao fato de o enfermeiro do conto homônimo não ser enfermeiro, nem mesmo teólogo, mas apenas copista? Também José Dias não era médico, mas acabou tendo um papel importante na casa de Dona Glória, mesmo depois da revelação de não ter o diploma de medicina.

Mesmo afirmando que “falto eu mesmo e essa lacuna é tudo”, quem duvida das palavras de Santiago, ex-seminarista, advogado, bom de escrita? Durante muito tempo a crítica literária brasileira ficou assombrada com o “enigma Capitu” e, a meu ver, o

---

\* *ruthjsb@gmail.com*

<sup>1</sup> Machado de Assis, em “A sereníssima república”.

melhor trabalho escrito sobre a questão é o de Silviano Santiago,<sup>2</sup> que, em sua “Retórica da verossimilhança”, elimina uma dúvida insolúvel sobre a fidelidade ou não de Capitu. Para ele, é necessário ler Machado levando em consideração toda sua obra:

Já é tempo de se começar a compreender a obra de Machado de Assis como um todo coerentemente organizado, percebendo que certas estruturas primárias e primeiras se desarticulam e se rearticulam sob formas de estruturas diferentes, mais complexas e mais sofisticadas, à medida que seus textos se sucedem cronologicamente.<sup>3</sup>

Silviano Santiago considera *Dom Casmurro* não um romance psicológico sobre o adultério feminino, mas um estudo do ciúme, em que “advogado de defesa e réu são a mesma figura”.<sup>4</sup> Bento Santiago tentaria todo o tempo persuadir seu leitor de sua inocência em relação a Capitu, incriminando-a de traição, e, para tal fim, usando de estratégias retóricas aprendidas em sua formação de seminarista e estudante de Direito.

Tantas vezes se repetem as histórias oblíquas e dissimuladas na obra machadiana que o leitor não dá atenção à retórica, pois a ele basta o pacto com o narrador, para dar entrada no fingimento da história lida. O leitor entra na versão do narrador-personagem, como entramos e damos razão a quem nos conta a história de um acontecimento de que participa ou participou, principalmente se nos conta em confiança, dando-nos o crédito a que só se dá a pessoas que lhe importam. Em troca oferecemos um crédito imediato, sem prestarmos atenção em detalhes.

No caso do conto “O enfermeiro”, o procedimento é outro: a personagem confessa sua culpa, culpa de ter assassinado o doente que estava sob seus cuidados. Leitores de Machado de Assis já notaram os furos e equívocos dos personagens dos relatos em primeira pessoa, mas podem se confundir no caso do enfermeiro, pois ele mesmo se culpa e o leitor acredita, pois, em seu escrito, Procópio mesmo se incrimina. De início, descreve-se como teólogo, corrigindo-se em seguida: “fiz-me teólogo, – quero dizer, copiava os estudos de teologia de um padre de Niterói, antigo companheiro de colégio, que assim me dava, delicadamente, casa, cama e mesa.”<sup>5</sup>

Eis um pequeno lapso, sem importância, se não houvesse enorme distância entre um teólogo e um copista, mesmo se o leitor se lembrar da importância daqueles que exerciam esse ofício nas bibliotecas medievais, onde trabalhavam horas em manuscritos, imersos no silêncio, com atenção e paciência, que, aliás, Procópio não tinha, pois com apenas um ano de trabalho “já estava enfarado de copiar citações latinas e fórmulas eclesiásticas”.<sup>6</sup>

Pode-se pensar que ser copista é também ser um bom mimetizador, é ter um traço de ator e há mesmo algo da ordem do simulacro nesse trabalho. Além disso, copiar pode ser tão mecânico que o que fica do copiador é a letra, são seus vestígios que apontam

<sup>2</sup> SANTIAGO. Retórica da verossimilhança, p. 29-48.

<sup>3</sup> SANTIAGO. Retórica da verossimilhança, p. 30.

<sup>4</sup> SANTIAGO. Retórica da verossimilhança, p. 45.

<sup>5</sup> ASSIS. *Memórias póstumas de Brás Cubas*, p. 529.

<sup>6</sup> ASSIS. *Memórias póstumas de Brás Cubas*, p. 529.

para uma galeria de tipos machadianos, como o José Dias, que também recebia delicadamente casa, cama e mesa de Dona Glória, mãe de Bentinho. Entretanto, percebo que meus argumentos primam por associar semelhanças entre personagens, defeito de José Dias em *Dom Casmurro*, atribuindo semelhanças de Capitu com outras pessoas.

Com mais atenção nas diferenças, releio “O enfermeiro” e noto que o personagem se acusa de um crime, cuja descrição não basta para configurá-lo como tal, mas, como leitora, acredito que tenha havido um crime, porque assim ele se confessa. Ao contrário de Bento Santiago, Procópio não se defende, mas faz um relato em que há um afeto da ordem da culpa e que se configura como um “documento humano”, solicitado por alguém de cuja identidade o leitor não fica sabendo. Procópio José Gomes Valongo, então, escreve para alguém que lhe pedira um “documento humano” (aliás o que seria exatamente um “documento humano?”):

Parece-lhe então que o que se deu comigo em 1860, pode entrar numa página de livro? Vá que seja, com a condição única de que não há de divulgar nada antes de minha morte. Não esperará muito, pode ser que oito dias, se não for menos; estou desenganado. (...) Pediu-me um documento humano, ei-lo aqui.<sup>7</sup>

Silviano Santiago<sup>8</sup> sublinha que Bento Santiago escreve um livro, sem criar a ilusão de estar falando. Procópio também escreve e ambos se voltam para um acontecimento passado, pois ao relatá-lo, atenua-se a culpa presente nos dois casos, e colocando-a em livros, livram-se dela, pode-se afirmar.

No caso do enfermeiro, é estranha a exigência de que seu relato só possa ser divulgado depois de sua morte, o que sugere um relato póstumo, fazendo lembrar de Brás Cubas. Tal condição, de início, aponta para um segredo ou algo que não se deva saber antes de sua morte. Mas ele está desenganado. É possível que a curiosidade do leitor o leve para uma história de enganos, se fixar a atenção no significante “desenganado”. Embora “desenganado” signifique um estado perto da morte, quando não há mais ilusões ou mentiras sobre o estado do narrador, o radical “engano” está presente. Ele está desenganado e não precisa mais enganar, pensa o “leitor ruminante”, aquele preferido de Machado de Assis, para quem “o leitor atento, verdadeiramente ruminante, tem quatro estômagos no cérebro, e por eles faz passar e repassar os atos e fatos, até que deduz a verdade, que estava, ou parecia estar escondida”.<sup>9</sup> Ou, então, outra hipótese, ele, o enfermeiro se engana e hesita.

No discurso em geral há sempre, ou quase sempre a retórica, *peithó*, a persuasão; e o engano, *apaté*, pois as palavras têm a potência do engano. Haverá esses dois elementos na fala do enfermeiro? Será mesmo possível achar a verdade do escrito, como afirma o narrador, no *Memorial de Aires*?<sup>10</sup> E descobriu-se a verdade sobre a traição ou não de Capitu?

<sup>7</sup> ASSIS. *Memórias póstumas de Brás Cubas*, p. 528, 529.

<sup>8</sup> SANTIAGO. *Retórica da verossimilhança*, p. 45.

<sup>9</sup> ASSIS. *Várias histórias*, p. 1.019.

<sup>10</sup> ASSIS. *Várias histórias*, p. 1.019.

No trecho do início do conto, citado há pouco, o leitor observa como Procópio faz sua apresentação na narrativa e não duvida de suas palavras, apenas nota seu tom defensivo, sua pressa em denegrir o paciente, estratégia necessária para quem vai contar um crime.

Mas o relato é de um crime? Houve mesmo um crime? Antes de responder, pergunta-se o que é crime? Vamos ao dicionário *Houaiss*:

1. no sentido jurídico: transgressão imputável da lei penal por dolo ou culpa, ação ou omissão; delito; 2. Jur. Conforme o conceito analítico, ação típica e antijurídica, culpável e punível; 3. Jur. conforme o conceito material, ato que viola ou ofende um bem juridicamente tutelado; 4. p. ext. ação condenável, temida por suas conseqüências sociais, desastrosas ou desagradáveis.

O *Houaiss* se estende em definições, mas para não copiá-lo todo, é melhor convocar o leitor a buscar mais definições no dicionário.

Voltando ao relato, o leitor logo se depara com a descrição do doente, o coronel Felisberto, necessitado de cuidados, por sua idade avançada e pela moléstia que o limitava, prendendo-o em casa, às vezes no quarto ou na cama. A descrição não é neutra, como se pode esperar de uma narrativa de primeira pessoa, já que logo de início o retrato do coronel já prepara o leitor para o que vai acontecer, provocando sua antipatia, pois o personagem é de temperamento difícil, rabugento, “era homem insuportável estúrdio, exigente, ninguém o aturava”.<sup>11</sup> Além de tudo, era mau, de mau caráter desde a infância, menino mimado de família rica. Por isso mesmo, por ser rico, dava-se o direito sádico de maltratar e humilhar os coitados que o serviam, quando deles mais precisava. Entretanto, é possível mesmo duvidar da gravidade de sua doença, já que ele sempre fora uma pessoa instável, sempre reclamando de tudo, pois desde os cinco anos “toda a gente lhe fazia a vontade”:<sup>12</sup> está criado o estereótipo.

Será que era mesmo um doente grave ou um doente imaginário, um *malade imaginaire*, pois era sabido padecia de tudo, “de aneurisma, de reumatismo e três ou quatro afecções menores”? Vale lembrar que Machado foi leitor de Molière. Não que o coronel seja semelhante ao personagem francês ou talvez o seja pela hipocondria, já que seu estado de saúde variava muito e o leitor fica sem saber qual é realmente o diagnóstico de sua doença.

Desde o início da narrativa, o enfermeiro-narrador se prepara para se mostrar vítima de seu enfermo, dono de tão odientas qualidades, aliás sabidas de todos na pequena cidade, o que mostra haver um consenso sobre ele. Um consenso negativo. Uma das características do velho, além de ser pessoa impulsiva e repulsiva, pois bufava muito arregalava os olhos, não controlava seus impulsos e era um grande vociferador, o que já sugere um excesso, um destrambelhamento. Está feita a tarefa de denegrir a vítima, pois o retrato do coronel está feito e revelado, antes que o leitor saiba de sua morte, no incidente ou crime referido acima.

<sup>11</sup> ASSIS. *Memórias póstumas de Brás Cubas*, p. 530.

<sup>12</sup> ASSIS. *Memórias póstumas de Brás Cubas*, p. 530.

Entretanto, será mesmo que o enfermeiro matou o velho ou se defendeu do doente tresloucado, vítima de demência senil? O leitor, que já tinha podido pressentir o acontecimento, imagina o estado de espírito do enfermeiro, em face dos despautérios do velho que o chamava de “burro, camelo, pedaço d’asno, idiota, moleirão”. O leitor ficou sabendo também que o narrador já trazia dentro de si “um fermento de ódio e aversão” ao coronel, e que acordara “estremunhado” com seus gritos, o que faz pensar em susto e atos precipitados e involuntários.

Os sentimentos do enfermeiro depois da ocorrência da morte apontam para medo de que o descobrissem e para a culpa que sentia. Entretanto, sabe-se hoje pela psicanálise que há culpa mesmo que não se concretize ato criminoso ou pecaminoso: a culpa pelo desejo destrutivo está lá na cabeça do pecador, o que pode levá-lo ao crime. Ou não. Leia-se a este propósito o artigo “Criminosos em conseqüência de um sentimento de culpa”, de Freud, em que o psicanalista demonstra de que modo uma forte culpa pode estar presente no sujeito, antes que cometa realmente um crime, e se ocorre o crime, “a iniquidade decorreu do sentimento de culpa”.<sup>13</sup>

O medo de ser descoberto ou punido levou Procópio a esperar o dia seguinte para amortilhar o coronel Felisberto, e, como ajuda, contou com um preto da casa, que, com sua providencial miopia, pôde ajudá-lo, sem saber, a cobrir os hematomas do esganamento feitos no doente pelo enfermeiro. Uma agressão tão forte seria necessária para conter a vítima? Mas o Coronel era tão doente assim? Houve mesmo um forte esganamento ou aconteceram apenas gestos defensivos de luta, como Procópio pensará mais tarde?

O próprio enfermeiro fala de crime, mas fica-se sem saber se foi crime consciente ou não, se houve premeditação ou não: crime culposos, doloso ou crime nenhum? Já se sabe que ele foi tomado pelo horror e pela culpa, mas o leitor acaba mesmo cúmplice de um indefinido crime, aceitando a morte de vítima tão insuportável, como é julgada por todos na vila, de caráter discutível, mas dono de grande riqueza, deve-se lembrar.

Grande riqueza que foi parar nas mãos do enfermeiro, pois o coronel o fez seu herdeiro universal e assim se lhe foram a culpa, o arrependimento e o medo, tal como o mal-estar de dona Plácida, em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, no capítulo “A equivalência das janelas”, aquele que fala de como se pode arejar a consciência de quem se sente criminoso ou pecador,<sup>14</sup> lei formulada no capítulo LI: “É minha”.<sup>15</sup>

Nesse episódio, Brás acha uma moeda de ouro e a devolve, com uma carta à Polícia. Virgília e moeda são congruentes na economia do texto, pois nenhuma das duas lhe pertencia e ele confessa: “Assim eu, Brás Cubas, descobri uma lei sublime, a lei da equivalência das janelas, e estabeleci que o modo de compensar uma janela fechada é abrir outra, a fim de que a moral possa arejar continuamente a consciência.”<sup>16</sup> Assim, devolvendo a moeda achada à Polícia, livra-se de seus escrúpulos em relação a Virgília.

Em seguida ao caso da moeda, Brás relata um episódio acontecido dias depois: o do dinheiro achado num embrulho que ele guarda para si, sem tentar procurar seu dono

<sup>13</sup> FREUD. Criminosos em conseqüência de um sentimento de culpa, p. 376.

<sup>14</sup> ASSIS. Várias histórias, p. 608.

<sup>15</sup> ASSIS. Várias histórias, p. 566, 567.

<sup>16</sup> ASSIS. Várias histórias, p. 567.

ou entregar à Polícia, como fizera antes. Aliás, esse ato foi elogiado pelo policial e por Virgília: a propósito, não seriam Virgília e o adultério ou o desejo de adultério os motivos reais da culpa que deveria ser atenuada? Uma mão lava a outra, um ato bom justifica outro nem tão bom e se preserva o equilíbrio da consciência. No caso do embrulho, “não era crime achar dinheiro, era uma felicidade, um bom acaso, era talvez um lance da Providência”.<sup>17</sup>

No caso do conto “O enfermeiro”, Procópio, antes de saber da herança, torturado pela culpa, confessa:

Dobrei a espórtula do padre e distribuí esmolas à porta, tudo por intenção do finado Não queria embair os homens; a prova é que fui só. Para completar este ponto, acrescentarei que nunca aludia ao coronel, que não dissesse: “Deus lhe fale n’alma!” E contava dele algumas anedotas alegres, rompantes engraçados...<sup>18</sup>

Informado sobre a herança, de início pensou em doá-la, como “modo de resgatar o crime por um ato de virtude,”<sup>19</sup> ficando com as contas saldadas. Em seguida, como o leitor acompanha, seguindo sua narrativa, acaba duvidando do próprio crime (crime ou luta?), dando apenas parte da herança aos pobres, à Santa Casa, e à matriz da vila, absolvendo-se de qualquer culpa que porventura pudesse ter na morte do doente, aliás, acontecimento inegavelmente providencial.

Certamente o dinheiro e seu valor não são simétricos; o significante dinheiro nem sempre coincide com o significado valor, pois nesse jogo entram os afetos humanos que não são quantificáveis: o ódio ou o amor, a inveja ou a gratidão e outros binarismos possíveis. Se o dinheiro pode ser contabilizado em seu valor literal, os sentimentos relativos a ele não podem se pensar quantitativamente, daí que a lógica monetária seja tão difícil de se formalizar. As leis instituídas obedecem a outros jogos, e os pobres só têm como saída transgredi-las, como no caso de Procópio ou dona Plácida. No caso de Brás e Virgília, a aritmética também se faz às margens da ética, pois o adultério é uma transgressão que pode abalar os alicerces da família burguesa, que às vezes prefere ignorá-lo e acobertá-lo a enfrentar a rigidez da lei. Expor ao escândalo uma falta dessa ordem não seria interessante, por abalar a estrutura social.

No caso das violações relativas ao dinheiro, só uma lei fictícia, a da equivalência das janelas, pode dar conta de tal jogo, considerando-se um país de tantas diferenças sociais, como o Brasil. A eficácia da ficção está em poder encenar, “como se fosse uma ficção”, conceitos difíceis de sustentar pelas ciências ou pela filosofia. No campo da ficção, as ambiguidades e os equívocos não estão submetidos à lógica do verdadeiro e do falso, e assim podem expor os furos das leis sociais e científicas.

Quando Erasmo fez o *Elogio da loucura*, exibiu ficcionalmente uma impossibilidade: a de separar a loucura da sanidade, o que Machado de Assis mostrou com seu alienista no conto homônimo, afinal todo mundo é louco ou ninguém é louco. No caso do adultério

<sup>17</sup> ASSIS. *Várias histórias*, p. 568.

<sup>18</sup> ASSIS. *Memórias póstumas de Brás Cubas*, p. 533.

<sup>19</sup> ASSIS. *Memórias póstumas de Brás Cubas*, p. 534.

ou dos usos do dinheiro, pode-se dizer com ele que todo mundo é corrupto ou ninguém é corrupto.

Parece-me que as personagens machadianas estudadas aqui são, antes de tudo, vítimas de suas consciências culpadas de pecados talvez não tão graves, mas condenados pela sociedade da época, em cujas bases está a severidade da doutrina cristã interpretada pela Igreja, pela escola e pela família: o pecado de adultério de Brás; a conivência (e conveniência) de dona Plácida; o pecado de ciúme de Bentinho; o ódio e a cobiça do enfermeiro.

Machado parece gostar de enfrentar questões insolúveis pela nossa vã filosofia ou de ficcionalizar casos limítrofes, sem chegar à tentação de uma síntese. Assim, Deus e o Diabo não se opõem, como se vê em “A igreja do diabo”, em que pecado e virtude são relativos e reversíveis, ou em “O alienista”, em que a loucura nunca se define, como bem mostrou Erasmo. O que persiste é a lógica do paradoxo, pois é tentativa destinada ao fracasso buscar resolver tudo o que acontece na esfera da linguagem e, sabe-se, as leis se fundam na linguagem.

Crime ou pecado, roubo ou herança, algumas das personagens machadianas se veem diante de situações que exigem soluções oblíquas, para não enfrentarem o rigor da lei. O leitor que quer encontrar a verdade do texto também está, às vezes sem saber, diante de um obstáculo que não conseguiu prever, por ser difícil, se não impossível, separar o verdadeiro do falso. No caso de Procópio, não adianta ruminar sobre se houve ou não crime, pois a culpa nem sempre é índice de crime, como se fica sabendo com Freud, em seu artigo “Criminosos em conseqüência de um sentimento de culpa”, citado neste ensaio.

Retomando o conto “O enfermeiro”, voltemos à cena da noite da morte do Coronel Felisberto, em que Procópio ouvia, de forma alucinada, a voz do morto, clamando: “Caim, que fizeste de teu irmão?”<sup>20</sup> Antes já tinha ouvido a pretensa vítima chamar-lhe assassino e vê-se logo a força de uma instância punitiva severa que o devasta, de forma a deixá-lo aterrado, como confessa em seu texto: “Como o silêncio acabasse por aterrar-me, abri uma das janelas, para escutar o som do vento, se ventasse”.<sup>21</sup>

O sentimento de culpa exige uma punição e coloca o sujeito em uma posição masoquista diante de um supereu sádico. Vejamos o que afirma um psicanalista, a respeito de uma culpa ancestral relatada na Bíblia, depois que Adão e Eva foram expulsos do Paraíso:

A interdição divina fundou o recalque, e o recalco retornou logo na primeira geração. O primeiro filho do mundo, Caim, por um processo de deslocamento, substituiu a perplexidade original por uma atuação. Ao matar o próprio irmão, fabricou um motivo concreto para justificar sua culpa.<sup>22</sup>

Machado, como o leitor percebe, inventa outra estratégia para burlar a culpa, que acaba por recorrer à lei da equivalência das janelas. Assim, com ou sem consciência de culpa, caso se tenha obtido algum lucro, a personagem machadiana pode usufruir das

<sup>20</sup> ASSIS. *Memórias póstumas de Brás Cubas*, p. 532.

<sup>21</sup> ASSIS. *Memórias póstumas de Brás Cubas*, p. 532.

<sup>22</sup> NETTO. Sentimento de culpa e religião, p. 71-72.

benesses de seus atos pecaminosos (ou não) e dizer, tal como Procópio: “Bem-aventurados os que possuem, porque eles serão consolados”, frase que lembra outra, por apresentar o mesmo tom parodístico, a do “Sermão do Diabo”: “Não façais as vossas obras diante de pessoas que possam ir contá-lo à polícia.”<sup>23</sup>



#### ABSTRACT

The short story “O enfermeiro”, by Machado de Assis, dramatizes the difficulties of taking care of a cranky patient and of judging whether his death was a crime committed by the person in charge of his health.

#### KEYWORDS

Sickness, crime, justice, doubt

#### REFERÊNCIAS

- ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. In: \_\_\_\_\_. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1962. v. II.
- ASSIS, Machado de. *Várias histórias*. In: \_\_\_\_\_. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1971. v. I.
- DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- ERASMO. *O elogio da loucura*. Trad. Álvaro Ribeiro. Lisboa: Guimarães, 1996.
- FREUD, Sigmund. Criminosos em conseqüência de um sentimento de culpa. In: \_\_\_\_\_. *A história do movimento psicanalítico*. Artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos. Rio de Janeiro: Imago, 1974. p. 375-377. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, XIV).
- NETTO, Geraldino Alves Ferreira. Sentimento de culpa e religião. In: SILVA, Antonio Franco Ribeiro da (Org.). *Culpa*. Aspectos psicanalíticos, culturais & religiosos. São Paulo: Iluminuras, 1998. p. 71-81.
- SANTIAGO, Silviano. Retórica da verossimilhança. In: \_\_\_\_\_. *Uma literatura nos trópicos*. Ensaios sobre dependência cultural. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 29-48.

---

<sup>23</sup> ASSIS. *Memórias póstumas de Brás Cubas*, p. 648.